

Disciplina: FSL0644
Sociologia do Desenvolvimento – “A
invenção do Terceiro Mundo”.

Graduação em Relações Internacionais – USP
2º Semestre de 2018

Docente responsável: Prof. Dr. Alvaro A. Comin (548616)
alvcomin@usp.br

Monitores: *Cecilia Mombelli* ceciliamombelli@gmail.com e;
Marcus Repa *Marcus* marcus.repa@gmail.com;

[30 e 31/ago] 4. Colonialismo, divisão social e divisão racial do trabalho

- Quijano, Anibal (2005) “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.”. In: Edgardo Lander (comp.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Buenos Aires.
- Francisco Bethencourt (2018) Racismos: das Cruzadas ao Século XX. São Paulo, Cia das Letras. [Cap. 5 – Hierarquias de continentes e povos, p. 102-124]
- Gillham, Nicholas Wright (2001) A Life of Sir Francis Galton: From African Exploration to the Birth of Eugenics. Oxford University Press. [Cap 12 – pp. 155-172]
- Rod Bush (2007) 'Acting for a Good Society: Racism and Black Liberation in the Longue Durée'. In: Vera, Hernán & Feagin, Joe R. (eds.) Handbook of the sociology of racial and ethnic relations. Springer.

Documentário: “Racismo - Uma História - Parte 1/3 - A Cor Do Dinheiro”

Braudel

(...) a economia-mundo europeia, em 1650, é a **justaposição**, a **coexistência** de sociedades que vão desde a sociedade já capitalista, a holandesa, até às sociedades servis e escravistas, no fundo da escala. Essa **simultaneidade**, esse **sincronismo**., fixam todos os problemas ao mesmo tempo. De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais. (p. 60)

Essa tese é uma explicação diferente do **habitual modelo sucessivo: escravidão, servidão, capitalismo**. Postula uma simultaneidade, um sincronismo singular demais para não ser de grande alcance.

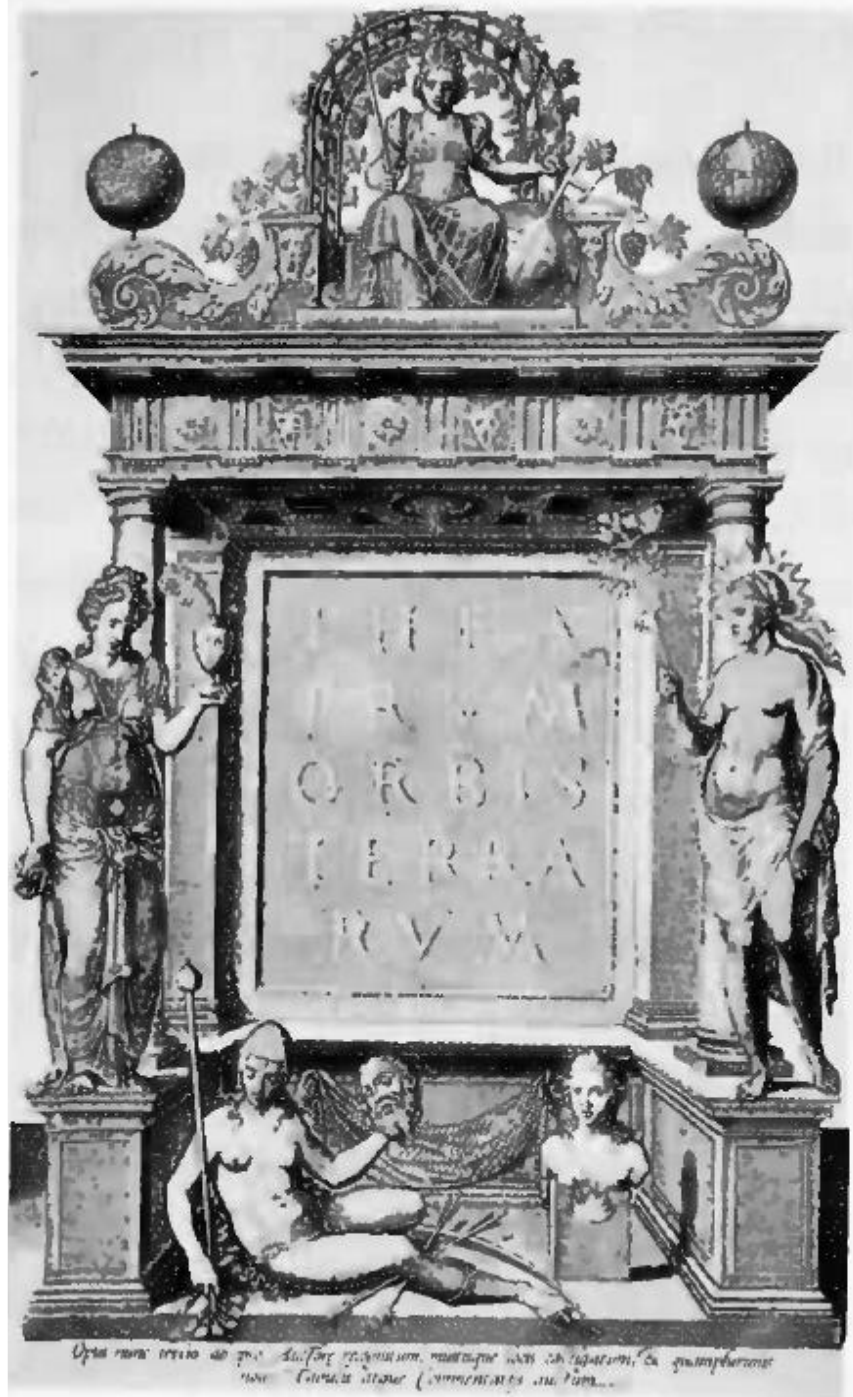


Figura 5.1. Abraão Ortélio, *Theatrum Orbis Terrarum*. Antuérpia: Apud Ægid. Coppenium Diesth, 1570. Frontispício representando os quatro continentes. Berlim, Staatsbibliothek.

*Optis hinc creta ad que. Auspice regnum, mutatur non est caput, et quatercentis
1570. Titulus itaque Commentatus au. Pam...*



A Europa, de coroa imperial, está no topo, sentada diante do frontão. Segura um cetro na mão direita e, na esquerda, qual um leme. tem uma cruz JS sente no topo de um grande globo. Atrás dela crescem parras e uvas sobre uma treliça com arco, sublinhando-lhe a fertilidade e a riqueza. A figura da Europa é a única sentada. totalmente vestida e calçada. A posição de domínio é ainda definida pela representação de dois globos (celestial e terreno) em cada lado do frontão, com os símbolos da prodigalidade e do trabalho (o prato e a cabeça de boi) no entablamento imediatamente abaixo.

A Ásia ocupa a segunda posição, bastante abaixo, mas à direita da Europa, de pé no pedestal de "mármore" do portal, à frente de uma coluna. Usa um toucado Elegante, está adornada com pedras preciosas e enverga roupas belas, embora semitransparentes, que lhe revelam o corpo. Está descalça e tem um turíbulo na mão esquerda.



A terceira posição. à frente da coluna à esquerda da Europa, é destinada à África, com uma posição simétrica à da Ásia. A África é representada como uma mulher quase nua, com uma fita na cabeça e um pedaço de tecido largo transparente à volta das ancas que mal lhe cobre o sexo. Os raios do sol rodeiam-lhe a cabeça, sublinhando a etimologia grega da palavra “etíope” como rosto queimado. Na mão direita segura um ramo de madeira perfumada - uma referência ao Egito retirada diretamente da *Cosmographia* de Sebastián Münster.' O único fenótipo estereotipado é o nariz. A África está representada de perfil, numa referência à tradição romana de personificar o Egito como perfil de mulher em moedas e medalhas. Nas versões coloridas do frontispício, a África está representada em castanho-escuro.





A quarta posição é ocupada pela América, na parte de baixo do portal, à frente do pedestal, deitada quase nua, com uma borduna estilizada na mão direita, enquanto com a esquerda exhibe a cabeça decepada de uma vítima de canibalismo. A única "roupa" da América é uma fiada de penas em torno da cabeça. Apresenta ainda outros dois ornamentos exóticos: pedras preciosas engastadas na testa e um anel de pequenos sinos em volta de uma perna. Por baixo do corpo estão um arco e duas flechas, que a mostram como guerreira amazona. Ao seu lado está o busto nu de uma mulher no topo de uma coluna que mostra uma chama. Isso representa a Terra do Fogo, a mítica quinta parte australiana do mundo indicada nos mapas de Ortêlio e inspirada no mapa-múndi revolucionário publicado em 1569 por Gerardo Mercator. A cena exótica fica completa com a rede pendurada na parede atrás das figuras da América e da Austrália.

Todavia, essa não era a única representação possível dos outros povos do mundo. Desde o início da expansão oceânica europeia existiu uma hierarquia alternativa - ou melhor, complementar-. baseada numa classificação mais complexa dos povos do mundo. Essa classificação não coincidia com os continentes, baseando-se em critérios que enfatizavam **os diferentes estágios da humanidade**, atravessando as quatro partes do mundo. No entanto, podemos considerá-la um complemento à personificação dos continentes, pois contribuiu para justificar de forma elaborada os princípios hierárquicos da supremacia europeia. Baseava-se num programa inteligente de etnologia comparativa, formulado pela primeira vez de modo sistemático pelo jesuíta José de Acosta (1540-1600).

Era esse o contexto do empreendimento de Acosta. A classificação de bárbaros não cristãos feita por Acosta é a que mais nos interessa, já que abrangia praticamente todo o mundo conhecido. No prólogo do livro *De procuranda Indorum Salute*, publicado em 1588, Acosta distinguia **três tipos de bárbaros**.

O primeiro eram os povos racionais, com sistemas estáveis de governo, direito público, cidades fortificadas, magistrados prestigiosos, comércio próspero organizado e uso de letras. Os chineses, os japoneses e alguns dos povos da Índia pertenciam a essa categoria. Acosta chega a mencionar uma cultura eurasiática comum, referindo-se a princípios, instituições, usos e costumes. Tais povos encontram-se no nível mais elevado em todos os aspectos, salvo no que diz respeito a questões religiosas. **A conversão desses povos deveria ser obtida exclusivamente através da persuasão; a violência ou as tentativas de conquista iriam afastá-los da lei cristã.**

A segunda categoria de bárbaros eram os povos sem uso regular de letras, leis escritas, ou estudos filosóficos ou civis. Embora dispusessem de um regime de governo, magistrados, colônias permanentes, administração política, organização militar, formas de culto religioso e normas de comportamento. Acosta incluía nessa categoria os mexicanos e os peruanos. cujos sistemas de governo, leis e instituições eram considerados admiráveis. (...) Esses povos deviam ser livres e ter direito a usar a sua propriedade e as partes das leis que não fossem contra a natureza ou o Evangelho. No entanto, devido aos seus costumes monstruosos (os sacrifícios humanos), eles teriam de ser convertidos com um misto de violência e de persuasão, e submetidos à autoridade de príncipes e de magistrados cristãos.

A terceira categoria incluía os selvagens, considerados semelhantes aos animais, que tinham sentimentos humanos, mas não dispunham de leis, monarcas, convenções, magistrados ou regimes permanentes de governo, e que se deslocavam constantemente como animais. Viviam quase sem roupa, eram cruéis com quem passava pelas suas regiões e alimentavam-se de carne humana. Acosta afirma que no Novo Mundo existiam inúmeras "manadas", segundo as suas palavras: caríbes, chunchos, chiriguanas, moxos, iscaicingas (no Peru), moscas (em Nova Granada). alguns dos povos do Brasil e os povos do rio Paraguai, do extremo Sul, e da maior parte da Florida. (...) Declarava que todos esses povos precisavam de educação para que, como crianças, pudessem aprender a ser humanos. Tinham de ser obrigados a viver em colônias e a receber o Evangelho.

Quijano: Capitalismo, Colonialismo, Escravidão e Racismo.

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, **a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça**, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, **a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho**, de seus recursos e de seus produtos, **em torno do capital e do mercado mundial**.

Codificar as diferenças

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. (...) A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros e mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, do padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (p.117)

Eurocentrismo

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (p.118)

Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, **todas as formas de controle e de exploração do trabalho** e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíam-se **a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário**. Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. **Todas eram histórica e sociologicamente novas.**

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, **um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos**. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. **Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial.**

Assim, ambos os elementos, **raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente**, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma **sistemática divisão racial do trabalho**. Na área hispânica, a Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos **índios**, para impedir seu total extermínio. Assim, **foram confinados na estrutura da servidão**. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade –isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado– como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza. Por outro lado, **os negros foram reduzidos à escravidão**. (p.118)

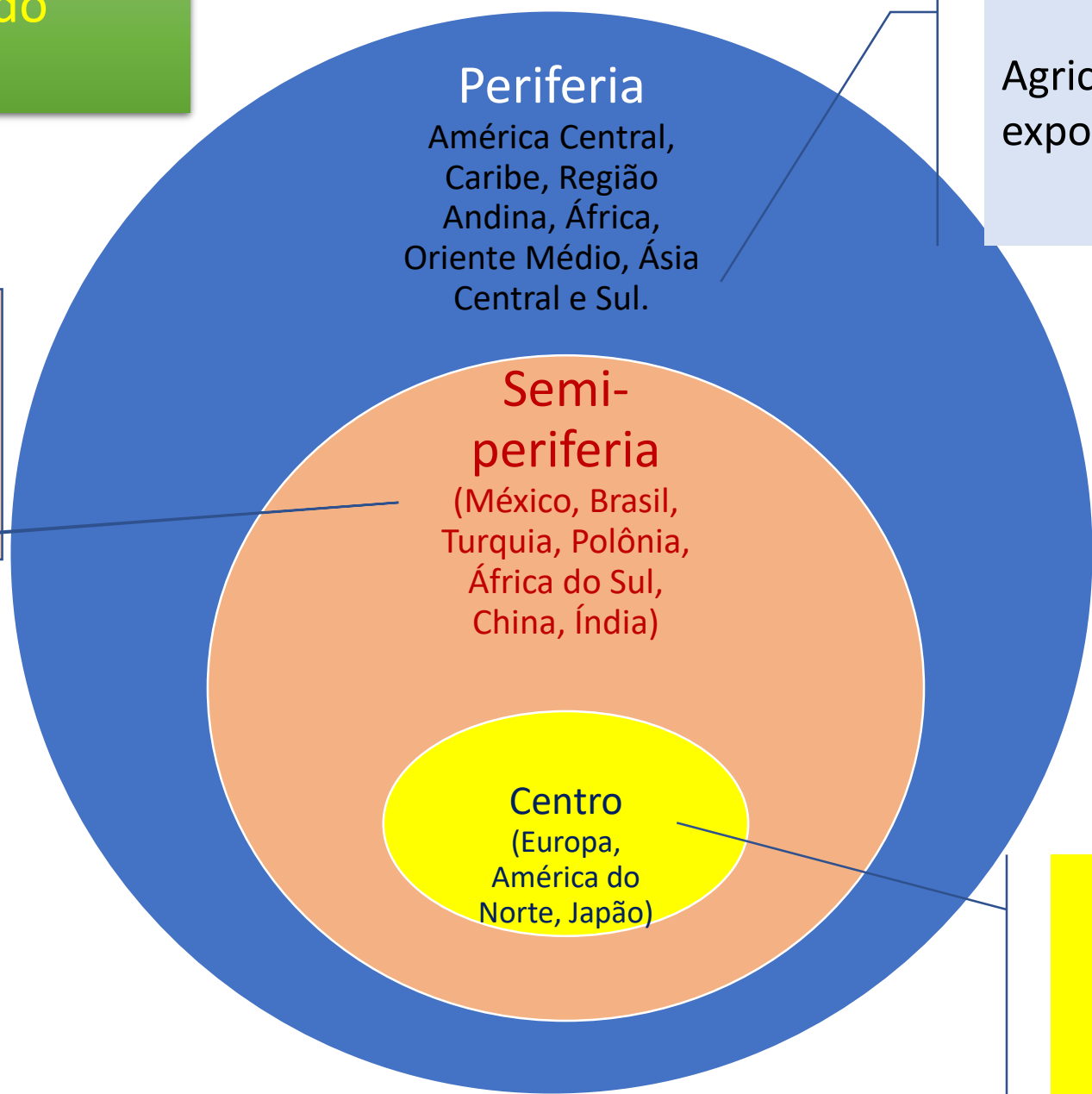
- (...) o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a apta formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus **um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o *etnocentrismo***. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: **a *classificação racial da população do mundo depois da América***. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, ***naturalmente superiores***. Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: **os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa. (p.121)**

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa.

a versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo.

O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo –isso não é um privilégio dos europeus– mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (p.122)

A Divisão Internacional do Trabalho entre Nações

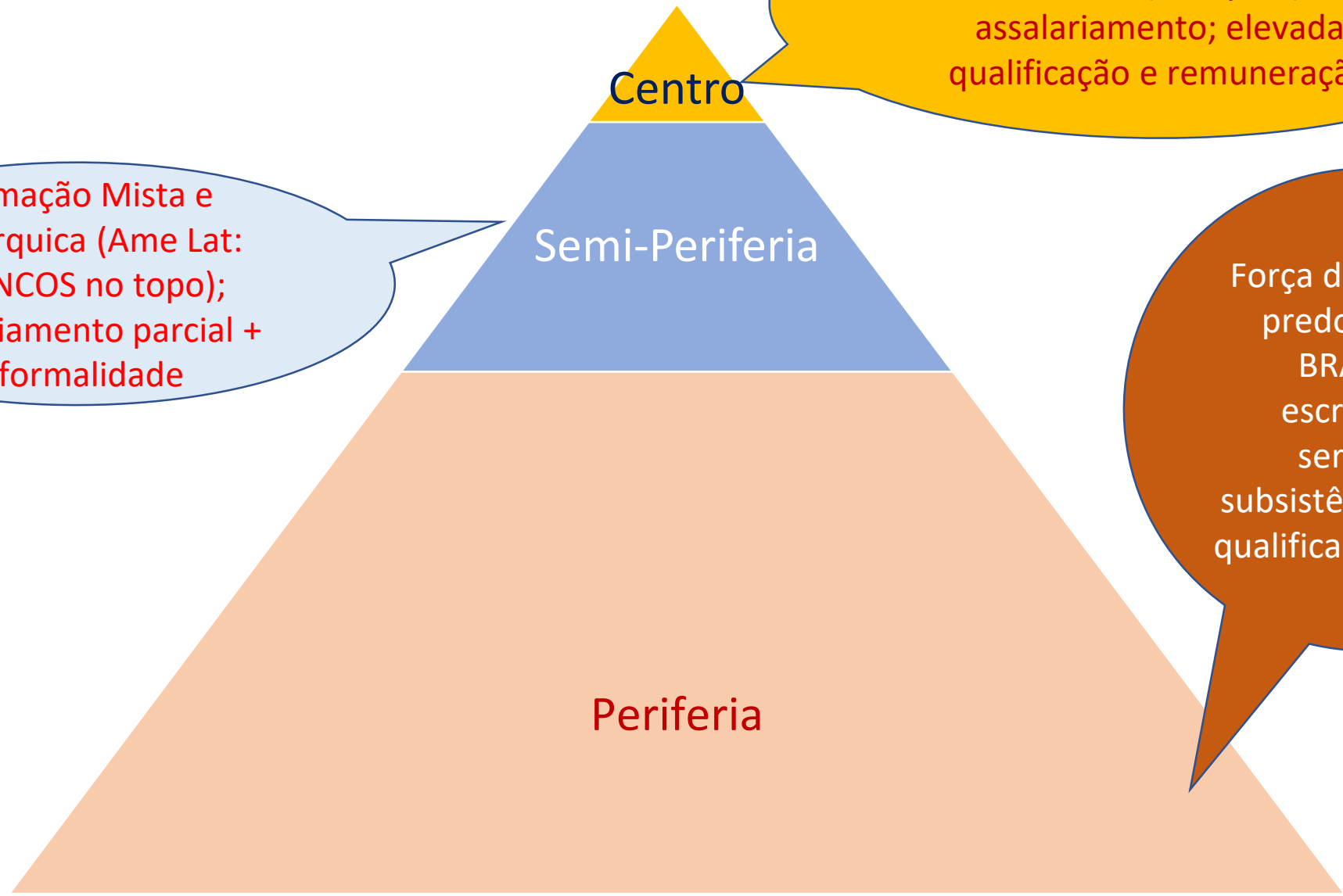


Agricultura de subsistência, exportação de commodities

Indústrias tradicionais, commodities

Indústrias intensivas em capital e tecnologia, Finanças, Serviços Tecnológicos

Divisão Social e Divisão Racial do Trabalho – Quijano/Arrighi/ Wallerstein



Centro

Força de trabalho predo//
BRANCA (europeia);
assalariamento; elevada
qualificação e remuneração

Semi-Periferia

Formação Mista e
Hierárquica (Ame Lat:
BRANCOS no topo);
assalariamento parcial +
informalidade

Periferia

Força de Trabalho
predo// NÃO-
BRANCA;
escravidão,
servidão,
subsistência.; baixa
qualificação e renda

